



Bongaba - RJ

História:

A comunidade remanescente de quilombo de Bongaba, também conhecida como Quilombá, está localizada em Vila Inhomirim, 6º distrito do município de Magé, na Baixada Fluminense. A formação histórica do território remonta ao final do século XVII, período marcado pela ocupação colonial da região e pela intensa utilização de mão de obra africana escravizada. Inserida em uma área estratégica da Baixada, Bongaba integrou circuitos econômicos, religiosos e administrativos fundamentais para a consolidação da presença colonial portuguesa no interior fluminense. Desde então, a população negra esteve profundamente vinculada às dinâmicas produtivas e territoriais locais.

Em 1696, foi construída a Igreja de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, marco da presença colonial, religiosa e administrativa da região. A igreja tornou-se sede paroquial e capital do Distrito Miliciano, estruturando um núcleo populacional sustentado pelo trabalho compulsório de africanos escravizados e de seus descendentes. O sítio histórico e arqueológico da antiga igreja localiza-se ao lado do atual cemitério de Bongaba, em área urbana, apresentando vestígios construtivos em pedra, tijolos, telhas, conchas e óleo de baleia. Situada no antigo Caminho dos Mineiros, a igreja articulava o Porto da Estrela ao Caminho Novo, sendo referência central para toda a Baixada Fluminense.

A presença negra no território esteve associada às atividades agrícolas, aos serviços urbanos e às funções de sustentação econômica e logística da região, integrada às rotas entre o litoral, a Baía de Guanabara e a Serra dos Órgãos. Relatos históricos indicam que nesse espaço foi batizado Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, evidenciando a centralidade institucional de Inhomirim no período colonial. Ao mesmo tempo, a população negra escravizada e liberta construiu formas próprias de sociabilidade, memória e permanência territorial, muitas vezes invisibilizadas pela historiografia.

Com a abolição formal da escravidão em 1888, parte significativa da população negra permaneceu na região de Bongaba, desenvolvendo práticas de agricultura de subsistência, trabalho informal e serviços diversos. Essa permanência ocorreu em um contexto de exclusão social, ausência de políticas públicas e insegurança fundiária, características recorrentes do pós-abolição brasileiro. As famílias negras mantiveram vínculos históricos com o território, transmitindo saberes, práticas culturais e referências simbólicas entre gerações, mesmo diante da marginalização estrutural.

A reorganização territorial da região foi profundamente impactada pela implantação da ferrovia. A Estrada de Ferro Petrópolis, inaugurada em 1854 no trecho Porto de Mauá-Fragoso, alcançou Petrópolis apenas em 1886, transpondo a Serra do Mar. Posteriormente, a linha Saracuruna-Visconde de Itaboraí, projetada desde 1890 pela Leopoldina Railway, foi concluída

apenas em 1926, quando a estação local passou a se chamar oficialmente Bongaba. A ferrovia ampliou a circulação regional, mas também contribuiu para transformações fundiárias e processos de desestruturação da ocupação tradicional.

Durante décadas, a estação de Bongaba permaneceu ativa, integrando os ramais que ligavam a capital fluminense ao interior e ao litoral norte do estado. Com o avanço da urbanização e a desativação progressiva de trechos ferroviários, a estação entrou em abandono, sendo oficialmente desativada em 2005. Ao longo do tempo, o espaço sofreu degradação e esquecimento, apesar de seu potencial histórico. Em 2023, a concessionária SuperVia foi intimada judicialmente a realizar limpeza no entorno e apresentar projeto de restauração, reacendendo debates sobre a preservação da memória ferroviária local.

Na década de 1970, a instalação de um lixão em parte significativa do bairro de Bongaba afetou diretamente as condições de vida da comunidade. O vazadouro comprometeu atividades de subsistência, provocou impactos ambientais severos e aprofundou processos de estigmatização e marginalização social. Ao longo dos anos seguintes, a população enfrentou migrações forçadas, enfraquecimento dos vínculos comunitários e invisibilização da identidade negra e quilombola. Em períodos recentes, debates municipais sobre a reabertura do lixão reacenderam conflitos territoriais e ambientais na região.

Diante desse histórico de violações, a reorganização comunitária teve papel central no resgate da memória, da identidade e da resistência quilombola. O território passou a se articular em torno do Ilê Axé Ogun Alakoro, terreiro tradicional de matriz africana que se consolidou como espaço religioso, cultural e político. Sede administrativa do Quilombo de Bongaba – Quilombá, o terreiro tornou-se referência de gestão dos saberes tradicionais, inclusive em diálogo com universidades públicas, integrando iniciativas como o Projeto Museu Vivo de Saberes Tradicionais da UFRJ.

A afirmação da identidade quilombola da comunidade fundamenta-se no reconhecimento de sua trajetória histórica própria, de suas relações territoriais específicas e da centralidade das práticas culturais e religiosas de matriz africana. Com base no princípio da autoatribuição, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.887/2003, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, reconhecimento que reafirma a permanência histórica da população negra em Bongaba. Atualmente, o Quilombo Quilombá segue mobilizado na luta pela regularização fundiária, pela preservação de seu patrimônio histórico-cultural e pela garantia de direitos territoriais, ambientais e sociais.

Município / Localização: Magé

Estágio no processo e regularização territorial: Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 20/12/2018 - Processo: 01420.015027/2012-61 - Incra - Processo: 54180.001444/2013-43.

Referência:

AFRICAS, Redação. Descubra a história e sabores do Quilombo de Bongaba em Magé. *Africas*, 2025. Disponível em: <https://www.africas.com.br/noticia/descubra-a-historia-e-sabores-do-quilombo-de-bongaba-em-mage>. Acesso em: 05 nov. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). Debates sobre aterros sanitários e vazadouros na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, anos 1970–2000.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

CENTRAL DO BRASIL; FLUMITRENS. Histórico operacional do Ramal de Guapimirim e da estação de Bongaba. Rio de Janeiro, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria nº 376, de 20 de dezembro de 2018. Certidão de reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo de Bongaba (RJ). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria de certificação da Comunidade Quilombola de Bongaba (Quilombá). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, s.d.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Cadastro do Sítio Histórico e Arqueológico da Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. Rio de Janeiro, s.d.

MAGÉ (Município). Legislação e documentação municipal sobre destinação de resíduos sólidos (1970–1990). Magé, RJ: Arquivo Público Municipal, s.d.

MAGÉ (Município). Relatórios culturais e patrimoniais sobre comunidades tradicionais. Magé, RJ: Secretaria Municipal de Cultura, s.d.

MAGÉ (Município). Ruínas da Igreja de Inhomirim: patrimônio histórico-cultural. Magé, RJ: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, s.d.

OBSERVATÓRIO DAS TERRAS QUILOMBOLAS. Dados de terras quilombolas — Observatório das Terras Quilombolas. Centro de Pesquisa e Iniciativas para os Direitos das Populações (CPISP). Disponível em: https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/?terra_nome=&situacao=0&uf%5B%5D=58&ano_de=&ano_ate=&orgao_exp=0. Acesso em: 17 jan. 2026.

QUILOMBO DE BONGABA (QUILOMBÁ). Perfil institucional e registros comunitários. Disponível em: https://www.instagram.com/quilombo_bongaba/. Acesso em: 05 nov. 2025.

QUILOMBO QUILOMBÁ. Nossa história: sobre. Disponível em: <https://www.quilomboquilomba.com.br/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A Baixada Fluminense e a escravidão: economia, território e população negra (séculos XVIII e XIX). Niterói: Universidade Federal Fluminense, s.d. (Textos e pesquisas diversas).

SANTOS, Paulo César dos. A Estrada de Ferro Mauá–Petrópolis e a integração da Baixada

Fluminense. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

SILVA, Anderson José da. Inhomirim colonial: religião, poder e território na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Projeto Museu Vivo de Saberes Tradicionais. Rio de Janeiro, 2023.

Redação: YABETA, Daniela. Quilombo Bongaba (RJ). IN: Atlas do Observatório Quilombola. Observatório Quilombola. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 06 de janeiro de 2026.

Pesquisa(s): Caio Lima; Daniela Yabeta; Maria Eduarda Goulart

Mais informações: Daniela Yabeta é professora de História do Brasil no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Erechim) - Coordenadora do Observatório de História da Fronteira Sul (OHF-Sul)

Url: <https://www.koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/bongaba/4582>

Verbetes atualizados em 17/01/2026